

DIA // 109 125 HORA: /3.00

MENSAGEM PROJETO DE LEI № 036/2025

Nobres Vereadores,

O presente Projeto de Lei tem por finalidade instituir, no âmbito do Município de Buritis, a Política de Proteção aos Direitos da Pessoa com Câncer, estabelecendo princípios, objetivos e direitos fundamentais que assegurem o respeito à dignidade, à cidadania e à inclusão social dos pacientes oncológicos.

O câncer é um dos maiores desafios de saúde pública no Brasil e no mundo, sendo responsável por elevado índice de morbidade e mortalidade. Nesse contexto, o Município de Buritis não pode se omitir diante da realidade enfrentada por pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente do câncer, devendo assegurar-lhes o pleno exercício dos direitos sociais e fundamentais. A iniciativa busca, portanto, garantir prioridade de atendimento, acesso à informação de forma clara e transparente, além de medidas de prevenção, conscientização e apoio familiar, reduzindo barreiras que ainda persistem em razão da doença.

O Projeto de Lei encontra respaldo no artigo 196 da Constituição Federal, que dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde. Ademais, a proposta está em consonância com a Lei Federal nº 14.238/2021, que institui o Estatuto da Pessoa com Câncer.

A iniciativa legislativa ainda se fundamenta no princípio da dignidade da pessoa humana, consagrado no art. 1º, III, da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público e à sociedade o dever de assegurar condições mínimas de bem-estar e de respeito àqueles que enfrentam situações de especial fragilidade.

Assim, ao estabelecer diretrizes para a proteção integral da pessoa com câncer, o Município de Buritis demonstra sensibilidade social e comprometimento com a promoção da saúde, da cidadania e da qualidade de vida de seus munícipes.

Diante da relevância social da presente proposição, conto com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.



Gabinete do Vereador Léo Silva, aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e

cinco.

eo Silva

Vereador



PROJETO DE LEI № <u>/S</u> /2025

"Institui a Política de Proteção aos Direitos da Pessoa com Câncer no Município de Buritis-RO e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Buritis, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, decreta:

Lei

Art. 1º Fica instituída a Política de Proteção aos Direitos da Pessoa com Câncer, no âmbito do Município de Buritis, que visa assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com câncer, garantindo respeito à dignidade, à cidadania e à sua inclusão social.

Parágrafo único. Esta Lei estabelece princípios, objetivos e direitos essenciais à proteção das pessoas com câncer e à efetivação de políticas públicas de prevenção e combate à doença.

Art. 2º Fica instituído o atendimento prioritário às pessoas com câncer nas unidades de saúde públicas e privadas conveniadas localizadas no município de Buritis.

Art. 3º São princípios desta Lei:

- I respeito à dignidade da pessoa humana, à igualdade, não discriminação e autonomia individual;
  - II acesso universal e equânime ao tratamento adequado;
  - III estímulo à prevenção;
  - IV informação clara e confiável sobre a doença e o tratamento;
  - V estímulo à conscientização, à educação e ao apoio familiar;
  - VI humanização da atenção ao paciente.

Art. 4º São objetivos desta Lei:

I – garantir e viabilizar o pleno exercício dos direitos sociais da pessoa com câncer;



- II fomentar a conscientização e a divulgação de informações sobre a prevenção e o tratamento da doença;
- III reduzir as dificuldades enfrentadas pelo paciente desde o diagnóstico até a realização do tratamento;
  - IV combater a desinformação e o preconceito;
- V contribuir para a melhoria da qualidade de vida e para a inclusão social das pessoas com câncer;
  - VI fomentar a educação e o apoio ao paciente e à sua família.
  - Art. 5º São direitos fundamentais da pessoa com câncer:
- l acesso a informações transparentes e objetivas relativas à doença e ao seu tratamento;
  - II assistência social e jurídica;
  - III prioridade no atendimento em serviços públicos e privados;
  - IV proteção ao seu bem-estar pessoal e social.
- Art. 6º É dever da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa com câncer a plena efetivação dos direitos referentes à saúde, à assistência social, à alimentação, à convivência familiar e comunitária, dentre outros previstos em lei.
- Art. 7º Nenhuma pessoa com câncer será objeto de negligência, discriminação ou violência, sendo punido na forma da lei todo atentado contra seus direitos, por ação ou omissão.
- Art. 8º O Município deverá desenvolver políticas públicas específicas voltadas à pessoa com câncer, incluindo:
  - I ações e campanhas preventivas;
  - II normas técnicas para o atendimento adequado;
  - III orientação a familiares, cuidadores e grupos de apoio.
- Art. 9º Para efeitos desta Lei, considera-se paciente toda pessoa sob investigação diagnóstica, em tratamento ou acompanhamento médico em decorrência de câncer.
- Art. 10 As previsões desta Lei não excluem outros direitos já assegurados pela legislação federal e estadual.



Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Vereador Léo Silva, aos oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e

cinco.

Vereador